O Legislative Council e as ordinances

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

A constituição da colônia da Coroa

A colônia da Coroa era governada por um Governor nomeado pela Coroa, assessorado por um Executive Council composto exclusivamente de membros oficiais. A legislação era feita por um Legislative Council de membros oficiais e de membros nomeados pelo Governor, no qual os oficiais detinham uma maioria estreita, mas permanente.[1] O Legislative Council foi constituído em 1º de abril de 1867 e começou com apenas quatro membros, crescendo nas décadas seguintes.[2]

Essa constituição combinava controle executivo e consulta. O Governor e seus funcionários podiam adotar qualquer medida que julgassem necessária, já que a maioria oficial podia vencer os membros não oficiais na votação. Na prática, porém, o governo levava a sério as opiniões dos não oficiais, porque eles representavam a comunidade comercial da qual dependiam a prosperidade e a receita da colônia. O Legislative Council tornou-se um fórum em que os mercadores podiam criticar medidas propostas, sugerir emendas e pressionar por reformas.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Membros não oficiais e a voz do comércio

Os membros não oficiais vinham sobretudo da comunidade comercial europeia, mas desde cedo também foram nomeados membros asiáticos. Em 1869, o Governor nomeou Hoo Ah Kay, mercador cantonês conhecido como Whampoa, primeiro membro de etnia chinesa e primeiro membro asiático do Legislative Council.[3] Hoo Ah Kay chegara a Singapura em 1830, herdara do pai a firma de abastecimento Whampoa and Co. e fornecia aos navios da Royal Navy. A partir de 1856, importou também gelo dos Estados Unidos, foi cônsul da Rússia, do Japão e da China e ajudou a criar o Singapore Botanic Gardens.[4]

A nomeação de não oficiais asiáticos refletia a prática colonial de governar por meio dos líderes das comunidades, que a Parte A remontou aos chefes comunitários do primeiro povoamento. Reconhecia também o peso econômico dos mercadores chineses, que controlavam uma parcela crescente do comércio da colônia. O Legislative Council nunca se tornou um órgão representativo no sentido moderno. No século XX, o líder Straits Chinese Tan Cheng Lock reivindicou eleições diretas e uma maioria não oficial, mas essas demandas encontraram pouco apoio numa sociedade amplamente indiferente à política local.[5]

O Legislative Council refletia também tensões internas da colônia. À medida que Singapura crescia, seus membros passaram a dominar o Conselho, o que desagradava aos representantes de Penang e Malaca, para quem o legislativo se concentrava nos assuntos de Singapura.[6] Essa rivalidade antecipava a posterior divergência entre Singapura e os territórios malaios, que a Parte C examina.

Um programa legislativo

Nas décadas seguintes, o Legislative Council promulgou um grande conjunto de ordinances. Elas tratavam de administração pública, receitas, saúde, policiamento, imigração, terras, navegação e comércio. Muitas foram adaptadas de modelos ingleses ou indianos, e algumas foram redigidas para as condições particulares da colônia. Juntas, substituíram a mistura incerta de direito inglês, Acts indianos e regulamentos locais que regera os Straits Settlements sob a Companhia.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Os atos mais importantes no campo do direito penal vieram da Índia. O Penal Code dos Straits Settlements, promulgado como Ordinance No. 4 de 1871, reproduzia o Código Penal indiano de 1860 e entrou em vigor em 16 de setembro de 1872.[7] A uma Criminal Procedure Ordinance de 1870 seguiu-se, em 1900, um Criminal Procedure Code abrangente. A Evidence Ordinance de 1893 adotou o Indian Evidence Act de 1872.[8]

A legislação comercial também se desenvolveu. Na segunda metade da década de 1880, ordinances reformaram o direito da transmissão de imóveis (conveyancing), das bills of sale e da falência.[9] Uma Companies Ordinance, inspirada na legislação inglesa, previu a constituição de sociedades de responsabilidade limitada. A Civil Law Ordinance de 1878, discutida no Capítulo III da Parte A, assegurou a aplicação do direito mercantil inglês na colônia em todas as matérias não reguladas pela legislação local.

Codificação da Índia, common law da Inglaterra

O sistema jurídico resultante combinava duas fontes. O direito penal, o processo penal e o direito probatório foram codificados segundo modelos indianos, redigidos por juristas ingleses para um contexto colonial. Lord Macaulay, principal autor do Código Penal indiano, explicou que o sistema que propunha não era um compêndio de nenhum sistema existente e se valia do direito inglês de forma simplificada.[10] James Fitzjames Stephen disse de seu Indian Evidence Act que ele condensava "em espaço muito reduzido todo o direito probatório inglês e indiano".[11] A advocacia de Singapura resistiu de início à adoção do Código Penal indiano por preferir o direito inglês, mas a opinião pública favorecia o código.[12]

O direito civil e o comercial, ao contrário, permaneceram em grande parte não codificados e continuaram a seguir a common law inglesa e as leis mercantis inglesas. Contratos, trusts, propriedade e responsabilidade civil regiam-se por princípios ingleses, recebidos por meio da Charter de 1826 e da Civil Law Ordinance de 1878. Essa divisão molda o direito de Singapura até hoje. Seu direito penal é codificado e

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

tem uma estrutura própria herdada da Índia. Já o direito dos contratos, dos trusts e o direito comercial pertencem à família da common law e mantêm estreita ligação com a jurisprudência inglesa e da Commonwealth.

Para o centro financeiro, a divisão foi favorável. Mercadores e bancos lidavam com um direito comercial que suas contrapartes em Londres compreendiam, enquanto o direito penal codificado dava ao governo colonial instrumentos claros para policiar uma população grande e diversa. A codificação trazia a segurança que Macaulay e Stephen valorizavam. A common law, por sua vez, trazia a flexibilidade e a familiaridade internacional que os mercadores apreciavam.

Notas

1. Wikipedia, "Straits Settlements" (acesso em outubro de 2026): "an Executive Council, composed wholly of official (i.e., ex-officio) members, and a legislative council, composed partly of official and partly of nominated members, of which the former had a narrow permanent majority". ↩
2. Wikipedia, "Legislative Council of the Straits Settlements" (acesso em outubro de 2026): constituído em 1º de abril de 1867; começou "with just four members" e cresceu ao longo dos anos. ↩
3. Wikipedia, "Hoo Ah Kay" (acesso em outubro de 2026): nomeado em 1869 como "the first Legislative Council member of Chinese ethnicity", também apontado como o primeiro membro asiático em geral. ↩
4. Wikipedia, "Hoo Ah Kay" (acesso em outubro de 2026): chegou a Singapura em 1830; herdou a Whampoa and Co.; fornecedor da Royal Navy; importação de gelo dos Estados Unidos a partir de 1856; cônsul do Japão (1877), da China (1879) e da Rússia; papel central na criação do Singapore Botanic Gardens; faleceu em 27 de março de 1880. ↩
5. Wikipedia, "Legislative Council of the Straits Settlements" (acesso em outubro de 2026): Tan Cheng Lock "called for popular representation through direct election, and for the number of non-official members to be increased to a

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

majority", sem sucesso, "as there was little support from a society widely apathetic to local politics". ↩

6. Wikipedia, "Legislative Council of the Straits Settlements" (acesso em outubro de 2026): o fato de os "Singaporean members increasingly dominating the council" desagradava aos políticos de Malaca e Penang. ↩
7. Wikipedia, "Penal Code (Singapore)" (acesso em outubro de 2026): a Ordinance No. 4 de 1871 (Straits Settlements), reedição do Código Penal indiano de 1860, entrou em vigor em 16 de setembro de 1872. ↩
8. "Some Notes on the Origins of the Major Criminal Enactments of Singapore", *Malaya Law Review*, v. 31, julho de 1989: Criminal Procedure Ordinance 1870; Criminal Procedure Code 1900 (Ordinance No. 21); Evidence Ordinance No. 3 de 1893, baseada no Indian Evidence Act 1872. ↩
9. "Chapter VIII: 1885–1890", *Malaya Law Review*, v. 11, n. 1, julho de 1969: reformas do direito de conveyancing, das bills of sale e da falência pelas Ordinances 6 de 1886 e 2 de 1888. ↩
10. "Some Notes on the Origins of the Major Criminal Enactments of Singapore", *Malaya Law Review*, v. 31, julho de 1989, citando Macaulay: "the system of penal law which we propose is not a digest of any existing system". ↩
11. "Some Notes on the Origins of the Major Criminal Enactments of Singapore", *Malaya Law Review*, v. 31, julho de 1989, citando Stephen. ↩
12. "Some Notes on the Origins of the Major Criminal Enactments of Singapore", *Malaya Law Review*, v. 31, julho de 1989: o Penal Code encontrou resistência da advocacia de Singapura, que preferia o direito inglês, mas a opinião pública favorecia sua adoção. ↩

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com